

GT: ARTES VISUAIS. Eixo-Temático: História e patrimônio artístico: documentações,



acervos e narrativas

PATRIMÔNIO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO

Walter Rodrigues Marques (Seeduc, Maranhão, Brasil)

RESUMO

O presente trabalho tece algumas considerações sobre a constituição e transformação da cidade de São Luís que passa de cidade comum a cidade Patrimônio Cultural da Humanidade. Embora assim fosse considerada, cidade comum, obviamente, São Luís não poderia ser, pois as características que possuía a dotavam como espaço especial e de relevância à humanidade como assim foi reconhecida pela UNESCO em 1997. São feitas algumas considerações sobre as divergências entre algumas datas e fatos, mas o foco principal é a forma como se deu a trajetória do reconhecimento do acervo arquitetônico e titulação à altura de sua importância, enfatizando as políticas públicas para sua efetivação. Também são explicitados aqui os conceitos e definições do que seja patrimônio, buscando na história a necessidade de denominá-lo. Acrescenta-se ao proposto a necessidade de integrar aos conhecimentos escolares ou ao currículo a história da cidade e também do Estado como forma de aprendizado para a preservação. A integralização se daria pela inserção dos alunos nos contextos museológicos, centros culturais e de galerias, incluindo-se também as manifestações culturais.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Políticas públicas; Conjunto arquitetônico; Conservação e preservação.

CULTURAL HERITAGE AND PUBLIC POLICY: HISTORICAL CENTER OF SÃO LUIS DO MARANHÃO

ABSTRACT

This paper presents some considerations about the formation and transformation of the city of São. Luis passing of ordinary city Cultural Heritage of Humanity city. Although this were considered common city obviously São Luis would not be because the characteristics that had endowed as a special area and of relevance to mankind as well was recognized by UNESCO in 1997. They are some considerations about the differences between certain dates and facts, but the main focus is the way how was the trajectory of the recognition of the architectural heritage and titration up to its

importance, emphasizing public policies for their enforcement. Also here are explained the concepts and definitions of what is worth seeking in history the need to call it. It adds to the need to integrate the proposed school knowledge or the curriculum the history of the city and also the state as a way of learning for preservation. The payment would take place by the insertion of students in museum contexts, cultural centers and galleries, also including up - cultural events.

Keywords: Cultural heritage. Public policy. Architectural ensemble. Conservation and preservation.

1 Introdução

A preocupação com a preservação e conservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão tem rendido várias centenas de páginas que agrupam informações desde sua fundação até os dias atuais. Muitos repetem dados exatos, outros divergem sobre o mesmo dado. Alguns são mais didáticos, outros técnicos, mas cumprem a função de compilar dados e simplificá-los, atualizá-los, tornando de certa forma compreensível ao mundo de hoje. A relevância da escolha das fontes foi por considerar que retratam a cena maranhense por diferentes vieses, portanto, relevantes para fundamentar esta pesquisa.

Pretende-se aqui tratar mais de inquietações acerca do olhar do autor sobre São Luís como uma cidade histórica que é carente de cuidados por parte do poder público e dos ludovicenses com sua arquitetura em seus variados estilos. A arquitetura é composta de estilos como neoclássico, neogótico, rococó, arte deco, tido por alguns autores como de estilos mistos. Não se pretende desconsiderar o que já foi dito e como foi dito sobre São Luís por outros autores.

Sobre o como a modernidade foi e está sendo danosa para o Centro Histórico de São Luís, preterindo seu valor histórico em detrimento de uma promessa do “novo” que não se efetiva, uma vez que as políticas públicas são escassas tanto para o acervo arquitetônico em termos de preservação como para as pessoas do entorno, as que ali moram, trabalham e também àquelas que a visitam.

Canclini (2013) chama a atenção para as contradições porque passou a América Latina quanto ao processo de se modernizar, “modernismo sem modernização”, diz que esta parte da América foi colonizada “pelas nações européias mais atrasadas”, que estavam submetidas “à Contra-Reforma e a outros movimentos antimodernos”, que só pode iniciar sua atualização com a independência.

A história primitiva tem importância para a humanidade, por que sem ela, o homem estaria ainda na caverna, pois não teria aprendido técnicas e aprimorado, através do erro/acerto se *modus vivendi*.

A produção material do homem ao longo do tempo é tida como cultura, os feitos são guardados na forma de memória para as gerações vindouras conhecerem seus ancestrais e seu legado. A cultura é uma herança que o homem do passado doa a seus descendentes, não apenas em recursos materiais, mas também em sua carga genética.

Embora o homem, por ocasião de seu nascimento, pareça nascer como uma *tábula rasa*, como postulou Aristóteles, vem com predisposição a chorar, rir, falar, adaptar-se, com dentes uniformes (não mais necessitando de presas pontiagudas, pois o alimento já é preparado sem que seja preciso rasgá-lo).

Portanto, mesmo que a sociedade venha a cultivar a modernidade, não pode esquecer que tem um passado e, quando este passado está em forma de cultura material, é preciso preservá-lo, uma vez que faz parte da história de seu povo.

A cidade de São Luís, sobretudo, seu Centro Histórico, hoje passa por uma triste história de abandono e descaso tanto pelo poder público quanto por proprietários e também por parte da população que depreda o “Patrimônio” que outrora a ele – o povo – foi deixado.

2. Patrimônio cultural

De acordo com o Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura” (2008), ao referir-se a diagnóstico, desafio, política pública, proteção, promoção, do patrimônio artístico e cultural explicita que:

A preservação do patrimônio material e imaterial brasileiro representa um dos pontos centrais de atuação das políticas culturais. Na base dessa atuação está uma noção de patrimônio que busca contemplar, atualizar e valorizar a percepção histórica e artística da diversidade cultural, étnica e social do país, bem como seus documentos arqueológicos e etnológicos.

Atualmente, entre os desafios para o campo do patrimônio, figuram o estreitamento dos laços entre reconhecimento, tombamento e salvaguarda do patrimônio material e as formulações desenvolvidas no campo da economia da cultura, além da ampliação de seu conceito em direção aos bens intangíveis. (pp. 33;44-5).

O homem do mundo contemporâneo tem feito um caminho inverso da evolução, ou seja, quanto mais o homem caminha para o mundo tecnológico, mais se distancia de seus ancestrais, preterindo as bases sobre as quais se firmou a humanidade – sua história – e focando única e exclusivamente, no presente e sem se preocupar com o futuro.

Se a secularização das culturas se processa lentamente, inclinando-se a crises, avanços e retrocessos, o incremento do mercantilismo incutira nas civilizações um conglomerado de elementos – ideias e materiais – que configuram um novo sistema, e os modelos dele decorrentes pareciam inelutáveis. Os novos valores, então desinteressados do passado e de limites territoriais e culturais, tornavam-se mais e mais voltados para uma proposta mundializante. Com o apoio da tecnologia, que reforçava a sensação de transitoriedade das coisas, esse processo suprimia obras e referências que permitiriam melhor investigar e compreender a trajetória sócio-cultural da humanidade (GIRÃO, 2001, p.107).

Buscando definições e conceituações para o que venha a ser patrimônio, o que também suscita a criação de instituições para a salvaguarda dos objetos reclamados por essa noção de patrimônio, sejam materiais ou imateriais, Girão (2001) aponta que

A noção de Patrimônio e a institucionalização de ações para a sua salvaguarda surgiram e se desenvolveram, nos estados modernos, para contrabalançar essa tendência, firmando-se como resposta à busca de valores permanentes em vista daquele quadro de transitoriedade. “Acentuava-se, então, a polaridade entre a vontade de preservar – deixando transparecer a aspiração de autoconhecimento cultural e de imortalidade mediante a apropriação da permanência das obras de arte – e a vontade de superar o passado, descartando-o para criar novos produtos de pouca duração.

[...] A constituição de museus [...] cuja concepção parece advir tanto dos tesouros das ordens religiosas e das coleções da era helenística quanto das antigas salas de curiosidades, já fora, depois da formação de arquivos e bibliotecas e da realização de inventários documentais, importante medida adotada (p.107)

Na formação do conceito de patrimônio entendiam-se como objeto de preservação, inicialmente, os monumentos de Arte e História (Carta de Atenas, Escritório Internacional do Museus, 1931). No Brasil, a criação do então Serviço, atual Instituto, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – em janeiro de 1937, após uma sucessão de reflexões, movimentos e medidas legais, não poderia escapar a esse estado de espírito (p.109).

Assim, se a noção de Patrimônio, em seu sentido sócio-cultural mais estrito, se restringe à seleção e preservação de bens culturais de maior valor, em seu sentido mais abrangente poderia correlacionar-se com tudo que o homem produziu e integrou à natureza; e o conceito de Patrimônio natural se fundiria no de Patrimônio cultural. Tais conceitos, no entanto, são investidos de significados e valores distintos, como o ecológico e o paisagístico. (p.117)

Os museus se fazem necessários, uma vez que precisa haver um local de guarda dos objetos produzidos pelo homem através da história. Logo, é neste espaço de acolhimento e guarda e a partir dessa necessidade que surge a instituição museológica, a qual manterá e preservará a obra ou objeto tal como ele é, para que seja visto e observado por todos e que possam individualmente fazer suas próprias inferências acerca do objeto visitado. Embora os objetos ali guardados não tivessem a finalidade artística e estética para as sociedades que os criaram, recebem, por parte dos povos da atualidade valores de obras de arte, com qualidades estéticas agregadas a partir da inferência que se faz do objeto guardado e observado. As pessoas recriam através da imaginação, funcionalidades para os objetos.

Tratava-se, portanto, de criar políticas e instrumentos de proteção nos quais se reconhecesse como o móbil da conservação a própria obra de arte, e não interpretações intelectuais, condicionamentos ou imagens sobre a obra suscitada pela percepção, evanescentes como “os impulsos e instantes fugazes da vida subjetiva”, conforme bem ressaltou Adorno – e, portanto, imagens nem sempre culturais. Em suma, era preciso conservar a obra respeitando-a, sem tentar recriá-la a valores que cada um particularmente lhe atribuía.

Com efeito, o tombamento, termo tomado de empréstimo à Torre do Tombo, em Portugal, se propõe a selecionar e preservar um acervo e bens culturais móveis e imóveis escolhidos em todo o país.

O programa nacional de preservação dos primeiros anos representa o primeiro passo em direção à formação de um elenco de bens culturais variados de valor coletivo, instituindo novos museus e protegendo, por intermédio do tombamento, construções, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, paisagens, coleções arqueológicas e museológicas e outros objetos (GIRÃO, 2001, pp.109-110).

3 Políticas públicas patrimoniais e o Centro Histórico de São Luís

O interesse pelo Centro Histórico de São Luís por parte do autor deste trabalho começa ainda na Graduação em Educação Artística na Universidade Federal do Maranhão quando se inicia as disciplinas de História da Arte e toma-se conhecimento dos planos diretores da cidade antiga. Também foi fato motivador uma palestra ministrada pelo Prof.^o Luiz Phelipe Andrès por ocasião de uma Feira do Livro realizada pela Prefeitura de São Luís.

A partir disso, iniciou-se uma pesquisa sobre o que se havia produzido sobre o assunto, fotografou-se muitos pontos da cidade, inclusive, o Cemitério do Gavião e foram realizadas duas exposições fotográficas estritamente sobre a situação do Centro Histórico de São Luís. Uma exposição no Encontro Humanístico em São Luís e outra em Ouro Preto-MG, das quais fazem parte as fotografias que compõem este artigo, com o título *RUÍNAS: São Luís – Patrimônio Cultural da Humanidade – o acervo arquitetônico e o descaso com a memória de um povo*.

Figura 1: Casarão do Centro Histórico de São Luís



Fotografia de Walter Rodrigues Marques
Fonte: portfólio do autor

Como será explicitado logo abaixo os governos sempre buscaram, a partir do contexto político, uma promoção pessoal, sempre preterindo o que o governante anterior fez, pois, a marca pessoal é mais relevante do que o bem-estar social.

Alguns governos retiram do espaço público obras de arte e colocam seus slogans, mesmo que em forma de escultura, mas não tem representação artística e sim política.

Então, cada governante tenta sua promoção pessoal e as políticas públicas voltadas para o bem comum, para o cuidado com a cidade e com a memória coletivo fica em segundo plano. Silva (2009) vem apontar isso ao elaborar as etapas da revitalização do Centro Histórico, elencando cinco etapas ao todo. Fica claro a personalidade de cada governante na ação deste. Porém, não se sente uma continuidade do trabalho, mesmo quando há uma política pública voltada para um objeto específico como é o caso do Centro Histórico. As ações não são continuadas por que não será agregado valor simbólico àquela figura que sucedeu o anterior.

Figura 2: Casarão do Centro Histórico de São Luís



Fotografia de Walter Rodrigues Marques

Fonte: portfólio do autor

A atenção também se voltou para os núcleos históricos de antigas vilas e cidades fundadas entre os séculos 16 e 19, com suas conformações de origem e expansão, documentando desde os condicionantes de ocupação para defesa e domínio de território, a construção de paisagens e a síntese de indicativos da produção social urbana, onde se revelam a formação social de valores e tradições peculiares e o florescimento de traços culturais que, aos poucos, vão constituindo uma identidade. (GIRÃO, 2001, p.111)

Aires (2007) e Silva (2009), mencionam a preocupação em âmbito federal, com o conjunto arquitetônico e paisagístico das cidades brasileiras por ocasião da criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). “As políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís, contidas nas políticas de cunho federal, datam da década de 1940” (AIRES, 2007). “O tombamento arquitetônico e paisagístico do conjunto urbano do Centro Histórico de São Luís em 1974 pelo IPHAN [...] veio a consolidar a política de tombamentos desenvolvidos pelo órgão desde a década de 1940 na cidade” (SILVA, 2009).

O Plano Diretor de 1974 não pode deixar de fora essa questão: o Patrimônio Cultural se beneficia com a isenção de 60% no Imposto Predial a quem fizesse a recuperação da fachada e do telhado do seu imóvel. As ruas recebem de volta seus nomes tradicionais que tinham sido substituídos por nomes de personalidades ilustres: a Rua Nina Rodrigues recebe de volta a sua denominação de Rua do Sol, a Oswaldo Cruz volta a ser a Rua Grande, a rua José Bonifácio é de novo a Rua dos Afogados. No campo das políticas patrimoniais acontece o tombamento (1974) de toda a Praia Grande, englobando os conjuntos do Desterro e da Praça Benedito Leite, tombados separadamente desde 1955 (VENÂNCIO, 200?, p. 5)

Enquanto Aires e Silva datam de 1940 a preocupação federal com o Centro Histórico de São Luís, Cafeteira e Venâncio não mencionam tal preocupação, porém referendam a data do tombamento em 1955.

1955 – Tombamento federal: Com base em processo elaborado pelo então IPHAN, considerando o valor cultural e urbanístico da área mais antiga e homogênea do Centro Histórico, o Governo Federal determinou ao Ministério da Educação e Cultura, a inscrição, no Livro de Tombo, dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos do largo fronteiro à Igreja do Desterro, da Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa e do conjunto arquitetônico da Praça Gonçalves Dias (CAFETEIRA, 1994, p. 118).

Outro fato relevante em Aires, Silva, Venâncio e Cafeteira é a atuação política no cenário das políticas públicas para o Centro Histórico de São Luís. Como suscitado por Aires, sobretudo em relação à então governadora do Maranhão, Roseana Sarney e ao Senador José Sarney, diz que a governadora atribuiu unicamente à sua pessoa a promoção de São Luís a “Patrimônio da Humanidade”, pois qualquer outro governador o poderia ter feito, por exemplo, quando da realização do Projeto Reviver, quando José Sarney era o então Presidente da República. Aires infere que Roseana Sarney diz ser predestinada a fazer de São Luís, Patrimônio da Humanidade, pois levantou “uma bandeira de luta” e conseguiu realizar o desejo. Em relação a José Sarney, diz que inferiu também que o político se considera predestinado a engrandecer São Luís.

O grande desejo de um parlamentar é conseguir defender sua causa. Grande ou pequena, o essencial é vê-la vitoriosa. [...] Eu, hoje, sou o mais antigo parlamentar brasileiro. O único remanescente da Legislatura de 1955. Minha causa parlamentar tem sido a cultura. Há trinta anos apresentei o primeiro projeto de lei de incentivo à cultura. [...] Estou em Nápoles [...]. Assisti a Unesco [...] proclamar São Luís do Maranhão Patrimônio da Humanidade, o maior conjunto de arquitetura colonial dos trópicos, casario, fontes, edifícios, ruas e história. [...] A cultura, para mim, está acima de todas as coisas. Ela aproxima o homem de Deus. Fiquei emocionado. Ali estava a delegação do Maranhão, Estado da Cultura, desde sua governadora, que tanto lutou por esse reconhecimento; o prefeito de São Luís; este pobre marquês e todos que choraram por esse fato. (O Estado do Maranhão. 19.12.1997, p. 1)

A opinião de Aires veio da interpretação de entrevista ao jornal “O Estado do Maranhão”, concedida por José Sarney.

Silva (2009) não menciona diretamente a questão da personalidade dos políticos envolvidos na revitalização e conservação do Centro Histórico, embora as etapas pressuponham isso, mas os traz como figuras presentes, seja no desejo de executar as obras por força de políticas federais, seja levantando bandeira pessoal para a preservação.

Silva é bastante didático ao elaborar cronologicamente as cinco fases de execução das obras, que iniciam com o governador João Castelo.

A necessidade de intervenções urbanísticas para a revitalização do perímetro do tombamento federal encontrou um primeiro obstáculo: a grande dimensão do conjunto urbano tombado frente aos limitados recursos financeiros para os projetos do poder público na alvorada da

década de 1980. Sem a possibilidade de se fazer de forma imediata uma abrangente intervenção em todo o conjunto arquitetônico, foi delimitada como foco, das ações iniciais pontos da Praia Grande (SILVA, 2009, p. 2)

Silva (2009 apud SILVA 1997) comenta a afirmação do engenheiro estadunidense John Gisiger no fim dos anos 70 sobre a importância de São Luís dentre as grandes cidades brasileiras de arquitetura colonial com tão extensa área e ainda intacta, “a premência de se preservar a Praia Grande por seu expressivo acervo de imóveis dos séculos XVIII e XIX, começou a se efetivar quando o Governo de João Castelo colocou entre suas metas de governo a preservação do Centro Histórico de São Luís”.

O final das considerações de Silva (2009) é sobre coroamento da inclusão do Centro Histórico de São Luís como cidade “Patrimônio Cultural da Humanidade”, com a então governadora Roseana Sarney.

Todo o esforço despendido no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís teve o seu coroamento em dezembro de 1997, quando a Governadora do Estado, o Prefeito da cidade de São Luís (Jackson Lago) e os demais membros da comitiva oficial que representavam a cidade no evento tiveram a honra de receber para o Centro Histórico de São Luís o título de Patrimônio Mundial, durante a 21ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial. Com a concessão do título em 1997 pela UNESCO, foram iniciadas no ano subsequente mais obras, em especial, no perímetro do espaço urbano reconhecido pela UNESCO, possibilitando uma ampla recuperação da infra-estrutura urbana de uma área com 60 hectares (SILVA, 2009, pp. 7-8).

Basicamente, todos que escrevem sobre São Luís e ao título por ela recebido pela UNESCO, não têm como fugir dessas conceituações. Alguns divergem em termos de dados exatos, como datas e extensão da área tombada, outros confirmam.

Atualmente, sob a proteção jurídica federal, há aproximadamente 1000 imóveis de valor histórico e paisagístico e com área aproximada de 90 hectares, compreende os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão; as praças Benedito Leite e João Lisboa e a Praça Gonçalves Dias, além de várias edificações e monumentos isolados Venâncio 200? (apud ANDRÉS, 1998).

Venâncio buscando explicar o que seja essa transformação de São Luís, apenas cidade em cidade histórica e toda a subjetividade trazida com essa nova realidade a que foram submetidos os moradores do entorno da Praia Grande, com suas vidas simples e comuns, essa imposição externa a que a partir de então seriam os residentes obrigados a suportar – o estatuto de cidade histórica trazia também em seu bojo, a modernidade, a qual iria modificar a forma como viviam aquelas pessoas.

A questão é que São Luís não tem a assinatura conhecida de grandes mestres. A força do seu patrimônio é a força do conjunto, onde se misturam casas populares do tipo porta e janela e solares magníficos, passando pelas meias-moradas e moradas inteiras, com mirantes, sacadas de ferro e azulejos na fachada. Onde moravam pessoas. A própria divisão adotada no plano, Zona de Interesse Histórico com Uso Residencial Predominante e Zona de Interesse Histórico com Uso

Comercial Predominante, respeita o que existia no centro de São Luís: comércio e residência. Naquele momento, já consolidada uma nova política conservacionista que levava em consideração os princípios da Carta de Veneza (1964), ou seja, o conceito de que o “monumento histórico” compreende tanto a criação arquitetônica isolada como o sítio urbano ou rural, a proposta passa a ser a conservação do sítio urbano como um todo. Nasce então a Cidade Histórica. Nasce ali, juntinho com a cidade nova e com o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão, criado em 1973.

Por certo a expansão da cidade em direção às praias contribuiu para a conservação do núcleo histórico (ANDRÉS, 1999), uma vez que o deslocamento dos novos investimentos para o “outro lado da ponte” alivia as tensões de “renovação urbana” no centro (p.4).

São Luís após a revitalização, inclusive da Ponte José Sarney em 1965, gerando um fluxo para o outro lado, cria duas cidades. Com esta possibilidade de morar fora da cidade antiga, muitos migram para este outro lado, deixando o Centro Histórico. Esse movimento provocou outro tipo de uso para as construções ali presentes. Tal movimento migratório provocou o que hoje se testemunha – o completo abandono de boa parte do conjunto arquitetônico da cidade antiga.

Mirantes e azulejos, solares e sobrados, sólidas edificações de alvenaria de pedra com detalhes construtivos sofisticados, testemunhavam a opulência do tempo anterior, tempo em que São Luís fora considerado o quarto centro urbano do país. Nessa época, o centro da cidade ainda permanecia como local da moradia de prestígio (p.2).

A decisão de expandir a cidade para fora do eixo tradicional e de declarar todo o antigo centro como área de interesse histórico acaba por criar duas cidades: uma com quase quatrocentos anos, a outra com menos de trinta. A questão que se coloca é: receberam as duas cidades a mesma atenção, o mesmo tratamento, os mesmos incentivos?

Pouco a pouco as moradas inteiras e meias-moradas, se transformam em lojas, escolas, bancos, repartições públicas, centros de cultura e lazer. Nem mesmo as portas-e-janelas escapam. E muitas já são só porta ou só portão. Ou simplesmente são abandonadas, transformando-se em cortiços, em estacionamentos, terrenos baldios ou ruínas, em depósitos de lixo, em esconderijos de marginais (VENÂNCIO, 200?, p. 5)

O projeto moderno ou de modernização, poderia ser benéfico para a cidade, se esta tivesse dirigentes sérios, empenhados no bem comum e não em promoção pessoal, onde os poucos feitos do anterior não é continuado pelo sucessor. Esta é uma forma de política que não deve ser mais praticada no mundo contemporâneo e São Luís só tem a perder com esse tipo de atitude – a pessoalidade.

A hegemonia oligárquica se apóia em divisões da sociedade que limitam sua expansão moderna, “opõe-se ao desenvolvimento orgânico do Estado suas próprias limitações constitutivas [...] Modernização com expansão restrita do mercado, democratização para minorias, renovação das idéias mas com baixa eficácia nos processos sociais. Os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia, e às vezes para não ter que se preocupar em

justificá-la, para ser simplesmente classes dominantes (CANCLINI, 2013, p. 69).

Figura 3: Casarão do Centro Histórico de São Luís



Fotografia de Walter Rodrigues Marques
Fonte: portfólio do autor

Embora Canclini não esteja fazendo referência à questão patrimonial diretamente, mas pelo fato de abordar o processo de modernização da América Latina, inclusive, intelectual, é pertinente nessa discussão por está incluso aqui questões de personalidade dos dirigentes, o que só se sustenta quando a massa é leiga. É visível no tocante às ações dos políticos brasileiros e maranhenses, a atribuição pessoal ao feito, quando na realidade, o fez enquanto presidente, governador, prefeito, etc., que é a obrigação de realizar, pois que o posto requer que trabalhe pela sociedade que o elegeu.

O Maranhão tem se mostrado um Estado que não cuida da memória de seu povo, nas pessoas que o comandam. As obras públicas (esculturas) do artista plástico Antônio Almeida, foram substituídas em vários pontos da cidade de São Luís, por símbolos que representavam um governador. As reformas dos prédios públicos, universidades, escolas, as produções artísticas que ali estão são simplesmente ignoradas e destruídas. Por ocasião de uma reforma na Praça da Sé em São Luís, no Centro Histórico, alguns artistas deram falta de uma escultura pública do artista Newton Sá, Mãe d'Água amazônica, a qual não se sabe o paradeiro da obra, a qual ilustra a capa do livro "A obra escultórica de Newton Sá, escrito pela Professora Raimunda Fortes, que faz a seguinte referência à escultura:

Neste ano de 1940 os escultores maranhenses Newton Sá e Flory Gama novamente participaram do Salão Nacional de Belas-Artes, sendo que ambos foram premiados. O tema escolhido por Newton Sá foi uma lenda brasileira: a Mãe d'Água. O artista provavelmente já vinha realizando estudos referentes ao tema desde 1938, época em que visitou a Amazônia brasileira e foi nomeado membro correspondente da Academia de Ciências e Artes do Rio de Janeiro (FORTES, 2001, p. 84).

Quem visita as cidades históricas do Estado de Minas Gerais, como Ouro Preto, Salvador, na Bahia ou outras cidades do restante do país, comprova que as cidades podem se sustentar do turismo histórico. São Luís é uma cidade que, além do turismo histórico oferece belezas naturais como praias, uma culinária peculiar, clima favorável.

Portanto, há potencial a ser desenvolvido em São Luís com a restauração e preservação do seu centro histórico, podendo explorar tais potencialidades, além de outras inerentes a esse pedaço do Brasil almejado por franceses, holandeses e portugueses nos tempos de outrora.

Com atitude política responsável, física e ambiental, é possível conciliar o velho e o novo para preservar a memória e construir um futuro como herança para os ludovicenses, além de contribuir para a construção do conhecimento da história da humanidade.

4 São Luís desconhecida por seu povo

A história da cidade de São Luís ou está fragmentada ou não foi sistematizada. Não há, de fato, um livro que conte a história dessa cidade. Encontra-se artigos, planos diretores, documentos em arquivos públicos, mas uma obra que venha a compilar o essencial da cidade e do Estado do Maranhão, não se tem.

Há uma obra singular lançada pelo IPHAN em 2008 que cataloga todas as igrejas do Estado do Maranhão (Arquitetura e arte religiosa no Maranhão), a qual traz o início da história de São Luís a partir das fundações da arte sacra no Maranhão e historicizando cada igreja do Estado e seu acervo. Bogéa (2008) na apresentação do livro relata que, “Retratar e descrever a arquitetura e a história dos templos católicos erigidos ao longo de quatro séculos é, sobretudo, reconhecer a importante contribuição oferecida pela Igreja Católica ao desenvolvimento social e econômico do Maranhão”.

Já é um começo e poderia ter se estendido para objetos da cidade colonial, como os azulejos portugueses e franceses, as construções públicas, ou sobre os próprios museus e suas finalidades, a história das manifestações culturais, onde o Estado é riquíssimo.

Os maranhenses não sabem sua história por que ela nunca foi contada, ou nunca foi escrita. Os professores de arte, de história não ensinam história e manifestações culturais do Maranhão por que não há fontes oficiais ou se existem não é expandido ao povo. Esse povo não conhece sua economia, seus recursos naturais, por que a informação quanto a isso não é democrática. A busca de tais informações é onerosa aos que desejam alcançá-la.

O que se vê na escola sobre a cidade de São Luís é aquilo que pode ser caracterizado como “portfólio do professor”. Produzir um material bibliográfico não é tarefa fácil, pois recursos não há para esse tipo de trabalho ou a burocracia é tamanha que faz com que logo se desista de concluí-lo.

A cidade conta com alguns museus, poucas galerias de arte, alguns centros culturais, onde basicamente quase todos se situam no Centro Histórico.

O Estado não favorece a escola com programas de visitas a museus, não há um único programa de incentivo à cultura voltado para a escola, deixando assim, os estudantes sem essa parcela do conhecimento – a sua própria história.

O que ocorre são atitudes isoladas de professores que tentam dá um outro sentido à sua prática, muitas vezes, arcando com o custo de seu empreendimento. Realizar essa atividade de sair com os alunos é perigoso, recai sobre o professor, toda a responsabilidade para com os alunos. O pagamento é a produção tanto material quanto

emocional por parte da equipe que realiza o trabalho. Outro problema que se coloca aqui é a quantidade de alunos que se pode levar a campo, pois se torna inviável lidar com uma quantidade elevada de alunos, como por exemplo, uma turma de 45 alunos.

Portanto, a cidade de São Luís, seu Centro Histórico, “Patrimônio Cultural da Humanidade”, carece de cuidados, de governantes responsáveis que possam garantir às gerações vindouras, um futuro com memória. Que possam criar políticas públicas voltadas para a escola e o conhecimento da história de seu povo estabelecendo relação com a história da humanidade.

5 Metodologia

Realizou-se levantamento de dados a partir de revistas, livros, pesquisa na internet sobre patrimônio cultural, políticas públicas relacionadas a patrimônio, além da coleta de dados específicos sobre o Centro Histórico de São Luís e as políticas públicas envolvidas no projeto de revitalização da cidade histórica. Nem todo o material coletado foi utilizado, uma vez que não contemplava o objeto da pesquisa, apesar de se referirem ao patrimônio, sem, contudo, justificar a relevância.

6 Resultados

Os resultados encontrados na pesquisa bibliográfica corroboraram a hipótese de que, o Centro Histórico de São Luís é carente de políticas públicas efetivas, de um trabalho sério e responsável no que concerne à condução dos trabalhos de recuperação de forma despersonalizada, ou seja, quando os governantes deveriam trabalhar em prol da cidade em vez da promoção pessoal.

Verificou-se que a condução das políticas públicas voltadas para o Centro Histórico sempre teve um governador que se autopromoveu em nome da restauração da cidade antiga de São Luís.

7 Análise

A cidade de São Luís não é uma, mas duas. O ano de 1965 marca a divisão da cidade, ano em que foi construída a Ponte José Sarney (Ponte São Francisco). É o começo do fim, da São Luís antiga. As famílias começaram a migrar para o outro lado. Então, as moradias começaram a ficar vazias e cederam a parte do terreno ao comércio. Os idosos, apegados ao local, ficavam. Os descendentes atravessavam a ponte.

Até os dias atuais, algumas edificações permanecem divididas em moradia e comércio. Outras foram abandonadas por seus proprietários e o mais grave – os prédios tombados pelo Estado, pelo IPHAN, pela UNESCO - do Centro Histórico de São Luís foram abandonados por estes, pelos proprietários. Estes, [proprietários] estão deixando os prédios caírem para utilizá-los como estacionamento – prática bastante recorrente e visível a olho nu para quem quiser ver.

8 Considerações finais

Quem escolhe dissertar sobre o passado da humanidade, seja ele de tempos imemoriais ou mais atual, o faz por uma certa quantidade de paixão. Onde não importa se a opinião é para denegrir ou exaltar, as palavras são sempre carregadas de subjetividade,

marcas pessoais, interesse pela resolução ou desenvoltura do fato tratado. “Como completou Mário de Andrade, “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” Girão (2001, p. 114). Com isso, é possível deduzir que Mário de Andrade querendo dizer que, se não defendermos e preservarmos o patrimônio, o que ficaria para as gerações vindouras aprenderem, ou, o que seria possível ensinar, uma vez que não haveria o que se falar, se não há patrimônio ou história concreta.

As políticas públicas para o Centro Histórico de São Luís apresentam intrínseca relação com os políticos da situação, salvo o caso de João Castelo que, quando governador, segundo a documentação consultada, não levantou bandeira de salvador da cidade antiga.

O material consultado dá ênfase nos políticos na cena do patrimônio, nas políticas públicas para a conservação desse patrimônio, a invenção da cidade como “cidade histórica”, além das conceituações e definições de patrimônio.

O presente trabalho apresenta caráter documental, embora não fosse a intenção inicial, haja vista a impossibilidade de escapar às referências ao Centro Histórico de São Luís e sua re-criação enquanto projeto.

Fica evidente a preocupação dos governadores em tornar pessoal as lutas pela criação, revitalização, da cidade histórica, além da titulação.

Referências

AIRES, Elaine. *Interesses políticos nas cenas do patrimônio histórico cultural: o caso de São Luís, “Patrimônio da Humanidade”*. **Outros Tempos**, São Luís, Vol. 01, esp., p. 146-166, 2007. Disponível em http://www.outrostempos.uema.br/vol_especial/dossieespecialart09.pdf |> Acesso em 28 jul.2015.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. **Arquitetura e arte religiosa no Maranhão**. São Luís: 3ª Superintendência Regional /IPHAN, 2008.

Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”. Brasília, agosto de 2008. www.cultura.gov.br/pnc

CAFETEIRA, Epitácio. **Reviver**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

FORTES, Raimunda. **A obra escultórica de Newton Sá**. São Paulo: Siciliano, 2001.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. 6 reimp. São Paulo: Edusp, 2013.

GIRÃO, Cláudia. Arte e Patrimônio. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, nº 29/2001. Olhar o Brasil, (org.) Sebastião Uchoa Leite.

MARQUES, Walter Rodrigues. Ruínas: São Luís - Patrimônio Cultural da Humanidade: o acervo arquitetônico e o descaso com a memória de um povo. In: X ENCONTRO HUMANÍSTICO, 2010, São Luís, **Resumos...** São Luís: UFMA, 2010, p. 366.

_____. Ruínas: São Luís - Patrimônio Cultural da Humanidade: o acervo arquitetônico e o descaso com a memória de um povo. In: XIV ENEARTE ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARTE, 2010, Ouro Preto: UFOP, 2010.

VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. *A Invenção do Centro Histórico de São Luís, Maranhão*. Universidade Estadual do Maranhão. Disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/1019/994>

SILVA, João Ricardo Costa. *Políticas públicas no Centro Histórico de São Luís: as etapas do processo de intervenções urbanística*. In: IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, 2009, São Luís, **Resumos...** São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/%C3%8DNDICE%20EIXO%20IDENTIDADE.htm>
Acesso em 02 out. 2015.

Walter Rodrigues Marques

Professor de Arte na rede estadual do Maranhão. Possui graduação em Educação Artística pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão); graduado em Psicologia pela Faculdade Pitágoras São Luís, Maranhão; graduando em Ciências Sociais pela UFMA; pós-graduando em Educação Especial e Neuropsicopedagogia pela UCAM (Universidade Cândido Mendes); <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4205008T8>